

videnciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

18 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Francisco António Oliveira da Silva, chefe de secção.

Vogais efectivos:

Manuel Frederico Simões Duarte, assistente administrativo principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Joaquim Moreira Ribeiro, carpinteiro principal.

Vogais suplentes:

José Manuel Gomes Machado, assistente administrativo principal.

Raimundo Fialho Badalo, electricista principal.

17 de Julho de 2001. — O Secretário-Geral, *José Vicente de Bragança*.

Aviso n.º 9747/2001 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Julho de 2001:

Licenciada Maria Eugénia Coutinho Lino Cameira Leitão — nomeada para exercer funções de assessora do ex-Presidente da República general António dos Santos Ramalho Eanes, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2001.

25 de Julho de 2001. — Pelo Secretário-Geral, o Director de Serviços, *António José Rodrigues*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Comunicação Social

Aviso n.º 9748/2001 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 20.º, n.º 2, e 23.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 305/97, de 11 de Novembro, torna-se pública a composição da Comissão da Carteira Profissional do Jornalista e da respectiva Comissão de Apelo para o biénio de 2001-2003:

Comissão da Carteira Profissional do Jornalista

Presidente — Juiz Eurico José Marques dos Reis.

Representante dos órgãos de imprensa:

Albérico Coelho Fernandes.

Suplente:

José António Falcão Mendonça da Cruz.

Representante dos operadores de radiodifusão sonora:

Luís Alberto Loureiro Mendonça.

Suplente:

Vítor Manuel Nunes Melenas.

Representante dos operadores de televisão:

Mário Manuel Duarte Moura.

Suplente:

Carlos Alberto Gonçalves Fino.

Representantes dos jornalistas:

Óscar José Mascarenhas.
Daniel Caldas Gomes Ricardo.
Feliciano Estêvão Marques.

Suplentes:

Avelino Rodrigues.
João Augusto Duarte Alves Garcia.
Dina Paula Carrelha Lopes Pereira Soares.

Comissão de Apelo

Presidente — Juíza desembargadora Ana Luísa Passos Martins da Silva Galdes.

Representante das empresas de comunicação social:

Armando Olívio Duarte.

Suplente:

Henrique Manuel Castela Pires Teixeira.

Representante dos jornalistas:

Diana Marina Dias Andringa.

Suplente:

Manuel Alfredo Rocha Maia.

19 de Julho de 2001. — O Chefe do Gabinete, *António Monteiro Cardoso*.

Secretaria-Geral

Declaração n.º 236/2001 (2.ª série). — Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, o Primeiro-Ministro declarou de utilidade pública, por despacho de 12 de Julho de 2001:

A Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, com sede em Alcobaça;

A Banda Musical do Pontido, com sede em Pontido, Telões, Vila Pouca de Aguiar;

O Grupo Desportivo de Rio de Mouro, Rinchoa e Mercês, com sede em Rio de Mouro, Sintra;

O Sport Futebol Damaiense, com sede na Damaia, Amadora;

A União Recreativa de A da Beja, com sede em A da Beja, São Brás, Amadora.

23 de Julho de 2001. — Pelo Secretário-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Iolanda Oliveira*.

Declaração n.º 237/2001 (2.ª série). — Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, o Primeiro-Ministro declarou de utilidade pública, por despacho de 12 de Julho de 2001, a Associação Recreativa Montense, com sede em Montes, Alcobaça.

20 de Julho de 2001. — Pelo Secretário-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Iolanda Oliveira*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 124/2001 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3, alínea b), do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e nos n.ºs 2 e 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, nomeio Nabil Baraka cônsul honorário de Portugal em Tãnger.

19 de Julho de 2001. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 16 125/2001 (2.ª série). — Tendo sido consagrada na nova Lei Orgânica do Instituto da Cooperação Portuguesa, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2001, de 26 de Junho, a possibilidade de criação de unidades orgânicas a nível de divisão em função dos objectivos e da optimização e racionalização de recursos;

Tendo sido proposta e por mim aprovada, nos termos e ao abrigo do artigo 20.º do referido diploma, a criação da Divisão de Recursos Humanos e Apoio Jurídico à Gestão integrada na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos;

Nomeio, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 9 do artigo 4.º, na alínea b) do n.º 6 e no n.º 7 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, conjugados com o artigo 20.º e o n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 192/2001, de 26 de Junho, chefe de divisão da Divisão de Recursos Humanos e Apoio Jurídico à Gestão a técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secreta-